



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015957-41.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Adicional de Periculosidade**
 Requerente: **Paulo Cilas Raimundo**
 Requerido: **Município de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de ação ordinária proposta por **PAULO CILAS RAIMUNDO**, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sob o fundamento de que foi nomeado para o cargo de chefe da divisão de trânsito em 01/10/2002 e exonerado em 22/12/2012, fazendo jus ao adicional de risco de vida, pois sua função não era meramente burocrática, já que tinha autorização para aplicar multas e fiscalizar o trânsito na cidade. Sustenta que o funcionário que o sucedeu exerce as mesmas funções que exercia e passou a receber o referido adicional.

O Município apresentou contestação, aduzindo, preliminarmente, a ocorrência de prescrição trienal. Alegou, ainda, que o adicional não se refere aos cargos em comissão e que a administração está adstrita à lei. Argumentou, também, que o adicional concedido ao sucessor do autor decorreu de erro administrativo, que deve ser revisto.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O processo comporta julgamento antecipado, por versar sobre matéria somente de direito.

Inicialmente, observo que o c. STJ já julgou recurso repetitivo (REsp 1.251.993), definindo em cinco anos o prazo prescricional para propor qualquer ação contra a Fazenda Pública, como estabelece o Decreto 20.910/32, o que afasta, em definitivo, a aplicação do prazo de três anos previsto no Código Civil de 2002.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Esta discussão, contudo, se mostra irrelevante ao caso, já que o pedido do autor não merece acolhimento.

Isso porque a lei municipal que criou o adicional de risco de vida (fls. 10) estabelece, expressamente, que o Executivo está autorizado a concedê-la, “aos servidores ocupantes dos seguintes empregos”. Sendo assim, o benefício fica restrito ao servidor concursado, já que não houve nenhuma menção ao comissionado.

Determina o art. 37, *caput*, da Constituição Federal que a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

O princípio da legalidade, para o administrador público, significa que está sujeito aos mandamentos legais, ou seja, não pode agir contra a lei ou além da lei, mas nos seus estritos limites. Só pode fazer o que a lei autoriza.

Ainda que o autor tivesse exercido as mesmas funções que os concursados, a eles não se equipara quanto às vantagens.

Nesse sentido já se decidiu em caso semelhante:

EMENTA: ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - DIVERSIDADE DE CARGOS - VENCIMENTO - EQUIPARAÇÃO POR ISONOMIA - INADMISSIBILIDADE. 1. Suprimido do texto constitucional o princípio da isonomia, aplica-se, em seu lugar, o princípio geral da igualdade prevista no art. 5º da Carta Magna, cuja aplicação, mesmo após a EC 19, não pode ser afastada, desde que entendido e aplicado nos justos limites do mandamento igualitário, pois o que a Constituição assegura é a igualdade jurídica, ou seja, tratamento igual, aos especificamente iguais perante a lei. A igualdade genérica dos servidores públicos não os equipara em direitos e deveres e, por isso mesmo, não os iguala em vencimentos e vantagens. 2. Cada servidor ou classe de servidor pode exercer as mesmas funções em condições funcionais ou pessoais distintas, fazendo jus a retribuições diferentes. 3. Apelo improvido. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0110.03.000247-8/001 – TJMG - RELATOR: DES. NILSON REIS, datada de 11/11/08).

Também não socorre o autor o argumento de que o seu sucessor passou a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

receber o adicional, pois, conforme informou o Município, o benefício foi concedido por erro administrativo e será revisto.

De fato, a administração pode rever seus próprios atos e declará-los nulos, quando houver ilegalidade, ou revoga-los.

Nesse sentido a Súmulas 346 ("A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473 do STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"), que corroboram o princípio da legalidade.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno o autor a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais), observando-se a Lei 1.060/50, por ser beneficiário da A.J.G.

P R I C

São Carlos, 03 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**